



# Economês em bom português

*Respostas simples e racionais para  
perguntas complexas*

**PREFÁCIO**

Armínio Fraga Neto



Copyright © 2018 by Bei Comunicação Ltda.

A Portfolio-Penguin é uma divisão da Editora Schwarcz S.A.

PORTFOLIO and the pictorial representation of the javelin thrower are trademarks of Penguin Group (USA) Inc. and are used under license. PENGUIN is a trademark of Penguin Books Limited and is used under license.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

PROJETO GRÁFICO Tamires Cordeiro

PREPARAÇÃO Ana Maria Alvares

REVISÃO Clara Diamant e Renata Lopes Del Nero

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Economês em bom português : respostas simples e racionais  
para perguntas complexas / Equipe do Por Qué? — 1ª ed.  
— São Paulo : Portfolio-Penguin, 2018.

ISBN 978-85-8285-069-5

1. Economia 2. Economia – Brasil 3. Perguntas e respostas  
4. Política econômica 5. Política social I. Equipe do Por Qué?

---

18-13461

CDD-330

Índice para catálogo sistemático:

1. Perguntas e respostas : Economia 330

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

[www.portfolio-penguin.com.br](http://www.portfolio-penguin.com.br)

[atendimentoaoleitor@portfolio-penguin.com.br](mailto:atendimentoaoleitor@portfolio-penguin.com.br)

## SUMÁRIO

---

Prefácio 9

*por Armínio Fraga Neto*

### PARTE 1: CONJUNTURA ECONÔMICA

1. Por que só o ajuste fiscal não fará o Brasil crescer? 15
2. Por que o Canadá pode, mas o Brasil não? 17
3. Por que aliviar a barra dos estados endividados? 19
4. Por que a Selic é usada no controle da inflação? 22
5. O que significa “credibilidade da política monetária”? 25
6. Por que o problema da indústria não é o câmbio? 27
7. Por que o Brasil é uma economia fechada? 29
8. Investimento Estrangeiro Direto: por que é tão importante? 35
9. Por que as reservas são tão importantes? 37
10. A Lava Jato é a mãe da crise? 40
11. Precisamos falar sobre o PIB no longo prazo 43
12. O que acontece sem a reforma da Previdência? 46
13. O que importa, de fato, na crise da Previdência? 49
14. Contra a crise da Previdência, prevenção não é remédio 52

15. Por que tanta burocracia, Brasil? 55
16. Por que os bancos precisam ser regulados? 60
17. Por que produzir nosso dinheiro no exterior? 62

## PARTE 2: DESIGUALDADE E POLÍTICAS SOCIAIS

18. Toda desigualdade é igual? 69
19. Por que há diferenças de salário por gênero? 71
20. Até que ponto a meritocracia é importante? 73
21. Por que reduzir a desigualdade deve ser objetivo nacional? 76
22. Por que não sabemos o mais importante sobre desigualdade? 78
23. Por que o 13º salário não muda nada na sua vida? 81
24. Por que o Bolsa Família merece aplausos? 83
25. Por que transferir renda pode diminuir a pobreza? 86
26. Por que o salário mínimo pode atrapalhar? 89
27. Qual é o problema do Fies? 91
28. Por que tanta preocupação com o saneamento básico? 94
29. Por que Sobral é referência em educação pública no Brasil? 96
30. Por que só dinheiro não vai melhorar a saúde no Brasil? 98
31. Nosso destino depende da sorte? 101
32. Por que o mais pobre paga a universidade do mais rico? 104

## PARTE 3: ECONOMIA DO COTIDIANO

33. Por que o passe livre não é uma boa política social? 109
34. Por que não um Movimento Pedágio Urbano? 111
35. Por que tantas barreiras para salvar a África? 114
36. Por que legalizar a maconha? 116
37. Por que o Uber causou a revolta dos taxistas? 119
38. Por que alguns passageiros são contra o Uber? 121
39. Por que o crescimento econômico tem limites? 123
40. Por que todos somos desenvolvimentistas? 125
41. Por que receber sírios e outros refugiados de guerra? 127
42. Mais economia, menos política 129

43. FGTS: Por que perdemos dinheiro calados? 131
44. Por que o terrorismo custa além das mortes? 133
45. Por que você pode mudar a política do Brasil? 136
46. WhatsApp fora do ar: por que punir milhões de brasileiros? 139
47. Por que a tragédia de Mariana é uma questão econômica? 142
48. Por que gastar com o Carnaval, e não com saúde? 144
49. Se é hora de austeridade, por que não começar pelos juízes? 146
50. Por que há “cérebros” fugindo do Brasil? 148
51. Por que a corrupção paralisa o Brasil? 150
52. Por que não existe mágica em economia? 153
53. Quem é o vilão, o Estado ou o mercado? 156
54. Airbnb e uma lição sobre preços 161
55. Por que a lista fechada, defendida pelos políticos, fere a democracia? 163
56. Cobrar ou não pelo peso das bagagens no avião? 165
57. Por que precisamos de uma Justiça melhor? 167
58. Lugar de mulher é no supermercado comparando preços? 169
59. Foro privilegiado para políticos? Até quando? 171
60. Por que acabar com a profissão de cobrador de ônibus? 173
61. Pênalti é loteria? 175
62. Voto distrital já 179
63. O que o sucesso de Monopoly ensina sobre o sistema de mercado? 182

#### PARTE 4: RACIOCÍNIO ECONÔMICO

64. Por que apostamos na Mega-Sena se é tão difícil ganhar? 187
65. Por que a emoção fala alto no mundo dos negócios? 190
66. Por que até o ladrão faz suas contas antes de roubar? 192
67. Por que é tão difícil reduzir a criminalidade? 194

68. Por que impostos custam mais que dinheiro? 197
69. Por que imprimir dinheiro custa caro? 200
70. Por que o Brasil tem Exército se não entra em guerra? 202
71. Por que o dinheiro é uma baita invenção? 204
72. O salário da babá 207
73. Por que tempo é dinheiro? 209
74. Você trouxe seu guarda-chuva? 211
75. Por que vendedores cobram mais de estrangeiros? 213
76. Sem impostos, qual seria o preço das coisas? 216
77. Por que decisões de poucos podem ser pagas por muitos? 219
78. Por que você paga a água do vizinho? 222
79. Aumentar o preço das vacinas em época de epidemia é abusivo? 224
80. Por que os ovos de Páscoa são tão caros? 227
81. Veterinário é proibido de fazer caridade. Por quê? 230
82. Por que a bilheteria de *E o vento levou* ainda é a maior da história? 233
83. Como o mercado pode reduzir a fila de transplantes? 237
84. Por que sua vida tem preço? 240
85. Por que a economia funciona como o trânsito? 242
86. Por que nos comportamos como manada? 246
87. Qual é a importância das instituições na economia? 248

---

## PREFÁCIO

Pelo menos desde Adam Smith, no século XVIII, economistas procuraram demonstrar que uma sociedade de pessoas livres interagindo e competindo no mercado gera uma alocação de recursos eficiente através de várias formas de organização e aproveitando oportunidades de inovação e investimento, especialmente em capital humano.

Para funcionar, essa feliz situação requer uma infraestrutura legal provida por um Estado voltado para o bem comum, que entre outras coisas zele pela eficácia dos contratos, pelo direito de propriedade e por uma convivência civilizada, e que também seja capaz de refletir as preferências da sociedade quanto ao grau adequado de solidariedade entre as pessoas.

Todos os países que exibem hoje os melhores padrões de vida do planeta estão estruturados como democracias representativas, capazes de construir e manter um Estado de boa qualidade, seja ele grande, como nos países escandinavos, seja relativamente pequeno, como nos Estados Unidos durante boa parte de sua história.

Mesmo nesses países bem-sucedidos tem se mostrado difícil administrar algumas questões importantes no longo prazo, como o envelhecimento da população, a degradação do meio ambiente e a sustentabilidade financeira do Estado. Além disso, a desigualdade

permanece elevada em várias nações e alimenta uma crescente frustração com a capacidade do Estado de lidar com os inevitáveis perdedores dos processos de inovação tecnológica e integração global.

Nos países menos desenvolvidos, o desafio maior é criar condições para uma convergência para os padrões das economias mais avançadas. Em tese, como essas nações são menos capitalizadas e instruídas, as oportunidades de investimento em capital físico, em ideias e em educação são maiores do que aquelas disponíveis nos centros mais desenvolvidos, para não falar das chances de aprender com o sucesso dos outros e copiar o que dá certo. Ainda assim, na prática, os casos de convergência bem-sucedida são raros. Tal observação sugere que o atraso tipicamente não é um acidente, mas sim consequência de problemas históricos e culturais de difícil superação. Entre os sintomas do atraso, é possível que a ausência de um Estado como aquele brevemente descrito acima seja o mais importante. A cura para essa condição parece difícil, e claramente passa pela construção de um Estado capaz de criar oportunidades para as pessoas, motivar o investimento e permitir a adoção das melhores práticas globais em inúmeras áreas.

Para que essa construção ocorra, é necessário que o debate sobre políticas públicas seja bem informado, de forma a conseguir evitar as tentações do populismo e do curto-prazismo. No campo econômico, essas armadilhas parecem ser a regra, e não a exceção. Isso ocorre em função de dificuldades de entendimento de relações de causa e efeito na economia, nem sempre intuitivas. Alguns exemplos incluem ideias como: um pouco mais de gasto público e inflação geram crescimento (“gasto é vida”, disse uma desastrada ex-presidente), proteção contra a concorrência externa é bom para a sociedade (bom para quem a recebe, mas ruim para o consumidor e para a produtividade da economia), subsídios e isenções tributárias (idem, especialmente quando distribuídos sem lógica econômica ou social, como tem sido o caso no Brasil), e assim por diante.

Aqui entram o *Por Quê?* e este livro: ao discutir temas econômicos de maneira clara e didática, os autores fornecem um antídoto contra o populismo e a demagogia, na forma de alertas quanto a políticas



públicas que, em última instância, não são de interesse da sociedade como um todo. Esse antídoto é crucial para compensar a tendência a favor de políticas com benefícios concentrados (privados) e custos dispersos (públicos), e também para evitar a ilusão vendida pelos que prometem tudo sem levar em conta custos e limites.

Uma dimensão igualmente importante da proposta do Por Quê? diz respeito à qualidade de vida das pessoas: difundir a educação financeira. Estamos falando aqui do planejamento pessoal, incluindo, em especial, decisões de consumo e poupança sob condições de incerteza. A sociedade do consumo de massas pressiona os indivíduos a gastar mais e mais e, por conseguinte, a poupar menos e a se endividar (no caso do Brasil, a taxas frequentemente astronômicas, ruinosas mesmo). Noções como poupar para a aposentadoria e comprar seguro para se prevenir contra imprevistos precisam ser difundidas.

Vêm em boa hora, portanto, as reflexões propostas pelo Por Quê? e organizadas neste livro!

ARMÍNIO FRAGA NETO

*Economista e ex-presidente do Banco Central*

---

PARTE 1

# Conjuntura econômica

# 1. Por que só o ajuste fiscal não fará o Brasil crescer?

CARLOS EDUARDO GONÇALVES

Lamento informar que o Brasil não voltará a crescer bem sem uma ampla agenda de reformas, e de reformas de natureza estrutural, não remendos de curto prazo. Estamos apagando incêndios com o ajuste fiscal em curso, e a situação política atual não permite que uma agenda mais ampla de reformas econômicas ganhe força.

Essa miopia é compreensível, dadas as circunstâncias. No entanto, a realidade não muda.

Por quê?

Sem essas reformas, quando a crise chegar ao fim, não teremos crescimento constante por muitos anos. Somente curtos e espaçados voos de galinha. Sem reformas, veremos continuar o mesmo sobe e desce do Produto Interno Bruto (PIB, a produção de bens e serviços de um país) das últimas décadas.

Quais reformas são necessárias?

Muitas. Quatro pontos são prioritários.

## 1 Arrumar o quadro fiscal de longo prazo

Neste fator, só existe uma solução razoável: aumentar a idade de aposentadoria mínima. Difícil, mas imprescindível. Além disso, é preciso desvincular o salário mínimo dos aumentos

previdenciários, como forma de conter a escalada em curso desde 1991, ininterrupta.

## **2 Ambiente de negócios**

Fala-se pouco disso, mas é um tema muito importante. A economia cresce mais rápido quando firmas improdutivas são fechadas rapidamente e firmas novas e mais produtivas podem ser abertas sem maiores dificuldades. Com a burocracia atual, isso é impossível.

## **3 Poupança doméstica**

Ela deve ser canalizada menos via bancos públicos e mais via bancos privados. Essa transição aumentaria a potência da política monetária e a eficiência com que os recursos são distribuídos na economia.

## **4 Incentivos à competição**

Precisamos nos inserir nos mercados globais com mais profundidade, como fizeram todos os países do Leste Asiático que cresceram vertiginosamente nas últimas décadas — dentre os quais merece destaque a China. Para isso, precisamos de mais acordos com outros países e menos tarifas de importação — que ajudam pequenos grupos de interesse e prejudicam o consumidor.

## 2. Por que o Canadá pode, mas o Brasil não?

CARLOS EDUARDO GONÇALVES

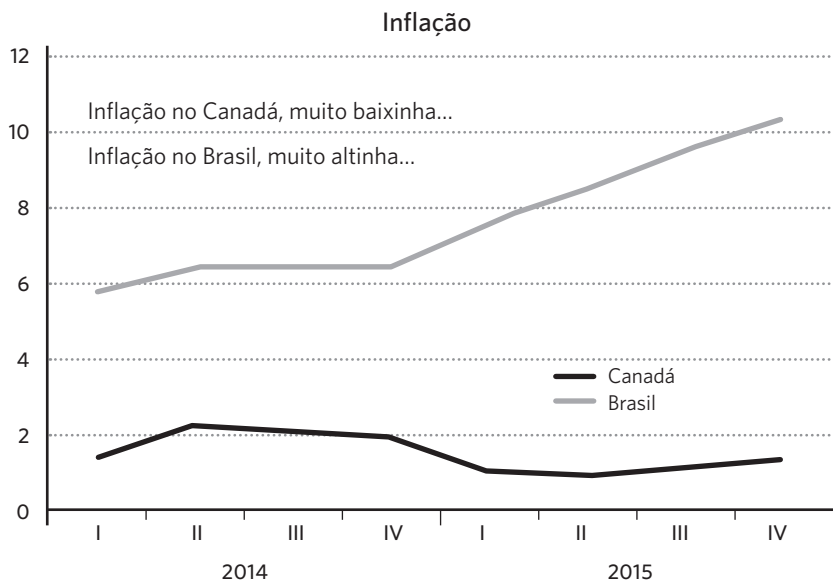
Nem sempre faz sentido ser prudente no manejo das finanças públicas.

Isso mesmo, você leu corretamente. Em março de 2016, o governo do Canadá anunciou que buscava ter déficits fiscais maiores naquele ano. Isso, claro, seria uma loucura no Brasil nessa mesma época. Passávamos por uma recessão brava, e ainda assim precisávamos ajustar as contas públicas. Por que o Canadá podia gastar mais do que arrecadava e o Brasil tinha que fazer o oposto?

O Canadá é um país rico. Nunca deu calote em sua dívida pública. Tem inflação baixinha.

A ideia era estimular *temporariamente*, com mais gastos, uma economia que andava desestimulada (por causa da queda dos preços do petróleo); a ideia não era detonar as finanças numa perspectiva de longo prazo. Atenção: esse “temporariamente” faz uma grande diferença.

Uma atividade econômica desanimada merece uma injeçãozinha de ânimo, sim. No entanto, quando se diz “desanimada”, não se está dizendo “que cresce pouco”; “desanimada”, aqui, é sinônimo de “que cresce pouco e com inflação baixa”. Novamente, atenção: a conjunção “e” faz toda a diferença. Ainda assim, os econo-



mistas tendem a preferir que esse empurrãozinho seja dado pela política monetária.

Por que então o Canadá optou pela política fiscal? Porque eles já haviam usado toda a munição da política monetária: os juros estavam em zero! Não havia outra maneira de prover algum estímulo.

Por fim, o Canadá pôde fazer isso, mas o Brasil não. Por quê?

Por uma questão de realismo. A dívida do Canadá é baixinha, o juro real é perto de zero. Então não vai custar tão caro para eles a “irresponsabilidade” nos gastos no curto prazo.

Já aqui um plano desses não seria viável. O juro real da dívida brasileira estava na casa dos 8%. Para o Brasil, empilhar ainda mais dívidas sairia bem caro.

### 3. Por que aliviar a barra dos estados endividados?

MAURO RODRIGUES

Maria tem dois filhos: João e Pedro. João é esforçado, estudioso e sempre tirou notas altas na escola. Pedro é tão inteligente quanto o irmão, mas nunca foi chegado aos livros. Sempre passou de ano com notas mínimas. Tanto João como Pedro cursam faculdade particular.

Maria sempre foi secretária. Durante a infância dos meninos, nunca teve dinheiro para pagar os melhores colégios; assim, os dois garotos não entraram em universidades públicas. A mãe faz uma ginástica danada para conseguir pagar em dia as mensalidades dos cursos de João e Pedro.

João trabalha durante o dia, o que não compromete seu desempenho nos estudos.

Pedro só estuda.

Certo dia, Pedro chega em casa desesperado, pedindo a ajuda da mãe. Está endividado por causa de partidas de pôquer on-line. Precisa de dinheiro urgentemente. Não bastasse isso, Maria descobre que o filho tinha trancado a faculdade. Todo o dinheiro que dava a Pedro para pagar as mensalidades tinha sido consumido pelo jogo. Sabe-se lá como, Maria arruma dinheiro para o filho quitar a dívida.

Mas a situação não melhora. Depois de seis meses, Pedro procura a mãe novamente, com o mesmo problema: dívidas no jogo. E, mais uma vez, Maria o ajuda.

E João?

João se dá conta de que a mãe faz tudo o que o irmão quer. Percebe que Pedro não se esforça nem um pouco para mudar. Fica revoltado por trabalhar de sol a sol enquanto o irmão descansa no bem-bom. Não suporta a ideia de alimentar o estilo de vida do irmão, ainda que indiretamente.

João toma uma decisão: abandona o trabalho e começa a cair na noite durante a semana. Suas notas na faculdade despencam.

Sem dinheiro nem para necessidades básicas, João resolve fazer igual a Pedro: pedir auxílio à mãe.

Maria fica surpresa. Esperava isso de Pedro... mas de João? Ela se dá conta de que sua estratégia estava mais atrapalhando que ajudando os filhos. No entanto, não deixa nenhum deles na mão. Decide ajudar João, assim como sempre fez com Pedro. Mas decide que também vai cobrar responsabilidades e resultados.

Maria chama os dois para uma conversa. Avisa que não vai mais deixar o dinheiro das mensalidades na mão deles. Agora, é ela quem vai pagá-las diretamente na boca do caixa. Diz também que vai acompanhar de perto o desempenho deles na faculdade. O que essa história tem a ver com a negociação entre estados e governo federal no Brasil?

Os estados devem muito dinheiro à União e frequentemente estão com as finanças em frangalhos. Esse problema ficou muito evidente na segunda metade da década de 2010, pois diversos estados aumentaram muito seus gastos nos anos anteriores, enquanto a arrecadação de impostos despencava com a recessão. Funções básicas estiveram ameaçadas, como a saúde pública e o pagamento de salário aos servidores. As dívidas com fornecedores se acumularam.

Para aliviar um pouco essa situação calamitosa, estados e União promoveram uma renegociação. A intenção era estender o prazo de quitação da dívida. O que isso quer dizer? Que as parcelas a serem repassadas ao governo federal diminuiriam.

Só que a União cobrou algo em troca (as chamadas condicionais): os estados teriam de tomar atitudes práticas para que essa situação desastrosa não se repetisse. Em outras palavras, deveriam



evitar que os gastos voltassem a crescer muito mais rapidamente que a receita.

As exigências da União em relação aos estados são como aquelas feitas por Maria aos filhos.

O que aconteceria se essas condicionalidades não fossem impostas? Será que os filhos de Maria não iriam, de novo, torrar a grana das mensalidades? E os estados, será que não iriam, de novo, gerir mal os recursos públicos mantidos pela população com o pagamento de impostos?

Sem contrapartidas, os estados seriam incentivados a acumular dívidas e se veriam na mesma situação no futuro.

E se acabasse o dinheiro para os hospitais em um estado megaendividado? A União não viria em socorro dele?

Provavelmente. Só que o custo desse socorro, bancado pelo governo federal, seria pago por nós por meio de impostos mais altos. Esse auxílio teria ainda um problema adicional: com ele, elimina-se o incentivo para que o estado seja fiscalmente responsável.

Para ficar mais fácil de entender, suponha que existam apenas dois estados: X e Y.

O estado X gasta muito mais do que arrecada e está acumulando dívidas. Ele entra em colapso e é socorrido pela União. Esse socorro aumenta os gastos do governo federal, que são financiados pelo país todo — isto é, tanto pelos moradores de X como pelos de Y.

Com o socorro, X sai ganhando: ele gasta mais, só que o custo é compartilhado com Y. Qual é o incentivo dado a Y para ser fiscalmente responsável? Nenhum. Ele possivelmente fará o mesmo que X. Todo mundo sairá perdendo. Desse jeito, em alguns anos, todos os estados estarão quebrados de novo e empurrando a conta outra vez para a União.

Retomando a história dos filhos de Maria, X corresponde a Pedro e Y, a João. E, mesmo que em Y os políticos sejam responsáveis, como era João, eles não têm incentivos para tratar bem as contas públicas.

É por isso que as contrapartidas são importantes. Elas servem para prevenir esse tipo de jogo. E devem ir além: é preciso garantir que os envolvidos saibam que, em caso de violação das exigências, a punição é séria.